

**CASA DA SAGRADA FAMILIA DA
GUARDA**

ANEXO

2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	7
5	Ativos Fixos Tangíveis	7
6	Ativos Intangíveis.....	10
7	Rébito.....	11
8	Benefícios dos empregados	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
10	Outras Informações	12
10.1	Outras contas a receber.....	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários	12
10.3	Fundos Patrimoniais	12
10.4	Fornecedores	13
10.5	Estado e Outros Entes Públicos	13
10.6	Outras Contas a Pagar	13
10.7	Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.8	Fornecimentos e serviços externos	14
10.9	Outros rendimentos e ganhos	14
10.10	Outros gastos e perdas	15
10.11	Resultados Financeiros	15
10.12	Acontecimentos após data de Balanço	15

AMM
M288
Vitória
Guarda
Miguel

Miguel

1 Identificação da Entidade

A "CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA" é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 231 de 4 de outubro de 2001, Série III, tendo a sua sede social na RUA SOEIRO VIEGAS N.º 7, 6300-758 GUARDA, freguesia e concelho da GUARDA, possuindo o número de pessoa colectiva 505.527.340.

Trata-se de uma IPSS reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tendo adquirido personalidade jurídica mediante a participação efetuada pela autoridade eclesiástica competente, recebida no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social da Guarda.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 41/01 a fls. 54 v.º e 55 do livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, e considera-se efetuado em 14 de maio de 2001, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

No exercício das suas atividades prossegue os seguintes fins:

- Acolher crianças e jovens privados do meio familiar normal;
- A formação integral da pessoa humana, à luz do Evangelho e dos ensinamentos da Igreja, coadjuvando a família ou mesmo substituindo-a em casos extremos, proporcionando um clima familiar dos seus utentes;
- Desenvolver todos os esforços e procurar os meios mais adequados para conseguir nos utentes o aperfeiçoamento cultural, profissional, espiritual e moral;
- A integração social, encaminhando os utentes para uma profissão e proporcionando a constituição de uma família àqueles que para tal se sentirem vocacionados;
- Prestar formação cristã aos seus utentes, respeitando a liberdade de consciência, não permitindo qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

*M.Santos
Juliano
Viegas*

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No seu Anexo I refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8528/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

Salienta-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo foi efetuado a 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 da “Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL”, tendo a CSF preparado o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, e alterado as Demonstrações Financeiras de 2011, que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela data, de modo a possibilitar a comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

AP. M
Mg 11288
S. P
Silva P
B. B
Braga
H. H
Holanda
L. L
Lobo

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela CSF na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Márcio
Fernando
Silvana
Raquel

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

*AB. SP.
Mg
Mário
Faz
Ferreira
Almeida
Pey*

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da CSF, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

A CSF utilizou na preparação das Demonstrações Financeiras, as bases de mensuração tal como definidas na NCRF-ESNL, nomeadamente no caso específico dos "Ativos Fixos Tangíveis", das "Propriedades de Investimento", dos "Ativos Intangíveis", das "Outras Contas a Receber", da "Caixa e Depósitos Bancários", dos "Fornecedores e Outras Contas a Pagar" e do "Estado e Outros Entes Públicos".

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

*Márcio Góes
2021
Lúcio
Viegas*

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	77.106,57					77.106,57
Equipamento básico	225.611,38	17.360,85				242.972,23
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	53.197,51	1.790,63				54.988,14
Outros Ativos fixos tangíveis	14.413,45	817,93				15.231,38
Total	449.826,83	19.969,41	0,00	0,00	0,00	469.796,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	65.223,31	13.032,30				78.255,61
Equipamento básico	127.968,37	8.284,24				136.252,61
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	45.081,71	965,19				46.046,90
Outros Ativos fixos tangíveis	8.410,82	1.064,14				9.474,96
Total	326.182,13	23.345,87	0,00	0,00	0,00	349.528,00

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	77.106,57			66.594,65		143.701,22
Equipamento básico	242.972,23	339,00		-60.098,82		183.212,41
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	54.988,14			-5.990,54		48.997,60
Outros Ativos fixos tangíveis	15.231,38			-1.884,38		13.347,00
Total	469.796,24	339,00	0,00	-1.379,09	0,00	468.756,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	78.255,61	13.032,30		3.811,31		95.099,22
Equipamento básico	136.252,61	2.901,21		-5.589,12		133.564,71
Equipamento de transporte	79.497,92					79.497,92
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	46.046,90	712,67		242,23		47.001,80
Outros Ativos fixos tangíveis	9.474,96	1.031,48				10.506,44
Total	349.528,00	17.677,66	0,00	-1.535,57	0,00	365.670,09

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2020 e 2021, foram os seguintes:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios e outras construções	115.903,14					115.903,14
Total	115.903,14	0,00	0,00	0,00	0,00	115.903,14

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Edifícios e outras construções	115.903,14					115.903,14
Total	115.903,14	0,00	0,00	0,00	0,00	115.903,14

6 Ativos Intangíveis

*Y. Soeiro
F. Viegas
L. Viegas
100%*

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	8.845,35	761,86				9.607,21
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	8.845,35	761,86	0,00	0,00	0,00	8.845,35
Depreciações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	6.079,99	1.022,59				7.102,58
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	6.079,99	1.022,59	0,00	0,00	0,00	7.102,58

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	9.607,21			17,96		9.625,17
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	8.845,35	0,00	0,00	17,96	0,00	9.625,17
Depreciações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	7.102,58	514,91		1.535,57		9.153,06
Propriedade Industrial						
Outros Ativos intangíveis						
Total	7.102,58	514,91	0,00	1.535,57	0,00	9.153,06

M. S. M. P.
 M. J. G.
 M. F. G.
 M. C. R.
 M. P. L.

7 Rérito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2021	2020
Vendas	105,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	73.714,05	55.202,27
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	2.778,05	5.571,01
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	76.597,10	60.773,28

8 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da CSF em 31/12/2020 foi de “22” e em 31/12/2021 elevou-se para “23”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	281.845,70	274.159,19
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	56.050,47	50.019,32
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.437,51	2.766,04
Gastos de Ação Social	539,72	370,02
Outros Gastos com o Pessoal	17.676,19	404,43
Total	359.549,59	327.719,00

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

✓
S. J. G.
F. G. Viegas
M. L. M. Viegas
I. C. Viegas

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações (Estado e outros entes públicos)	475,80	1.142,99
Outros Devedores (Utentes CATL e Outros Deved.)	1.566,41	1.444,58
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	2.042,21	2.587,57

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	128,99	198,23
Depósitos à ordem	48.490,93	27.084,98
Depósitos a prazo	578.924,46	561.977,17
Outros		
Total	627.544,38	589.260,38

10.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	75.781,08	0,00	0,00	75.781,08
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	828.651,43	0,00	-97.847,68	730.803,75
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	904.432,51	0,00	-97.847,68	806.584,83

10.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	2.797,63	5.299,55
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	2.797,63	5.299,55

10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	475,80	914,89
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	134,13
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.049,02	1.049,02
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.516,00	1.465,00
Segurança Social	6.750,26	6.774,77
Outros Impostos e Taxas	111,07	80,99
Total	8.377,33	8.320,76

10.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	
Outras operações				0,00
Perdas por imparidade acumuladas				0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	21.750,37	0,00	19.647,93
Outros credores				
Total	0,00	21.750,37	0,00	19.647,93

*Mário
Socorro
Silvana
Ley*

10.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A CSF reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	338.134,95	316.631,65
Subsídios de outras entidades	52.108,07	42.789,12
Doações e heranças	28.744,84	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	418.987,86	359.420,77

10.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	10.578,52	9.694,98
Materiais	37.557,10	24.748,47
Energia e fluidos	28.878,23	31.015,18
Deslocações, estadas e transportes	22.208,83	17.294,32
Serviços diversos	10.014,89	11.953,55
Total	109.237,57	94.706,50

10.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	48.428,47	18.823,98
Total	48.428,47	18.823,98

PL *JG*
PL *11298*
CJ *JG*
PF *PF*
DR *DR*
RC *RC*

10.10 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	5.057,900	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6.152,20	52.357,84
Total	11.210,10	52.357,84

10.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.778,05	7.467,09
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	2.778,05	7.467,09
Resultados Financeiros	2.778,05	7.467,09

10.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, apesar da grave situação pandémica da COVID-19 que estamos a vivenciar desde o 1º trimestre de 2020, agora agravada pela circunstância do início da guerra na Ucrânia.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção da CSF em 28 de abril de 2022.

GUARDA, 28 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

A Direcção

Rui Jorge Gonçalves Vila Telj. Francisco de Fátima Gonçalves novo membro
fusifogóptimo Reg
Presidente José Alves Pereira
João Domingos Ribeiro Rauz
Maria Encarnação Mendonça Fruto
Garcia Cândida Maria Carrera gaeger

**CASA DA SAGRADA FAMILIA DA GUARDA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Contribuinte: 505527340

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	Moeda: (Valores em Euros)	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		103 086,06	118 814,98
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		472,11	2 504,63
Investimentos financeiros		3 668,67	3 161,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		115 903,14	115 903,14
		223 129,98	240 383,97
Ativo corrente			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos		1 566,41	1 444,58
Diferimentos		475,80	6 908,74
Outros ativos correntes		2 292,31	0,00
Caixa e depósitos bancários		148,98	5 758,98
		627 544,38	589 260,38
		632 027,88	603 372,68
Total do ativo		855 157,86	843 756,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos		75 781,08	75 781,08
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		730 803,75	828 651,43
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		806 584,83	904 432,51
Total dos fundos patrimoniais		15 739,76	-87 176,05
		822 324,59	817 256,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		2 705,57	5 299,55
Outras contas a pagar		8 377,33	1 552,71
		21 750,37	19 647,93
		32 833,27	26 500,19
Total do passivo		32 833,27	26 500,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		855 157,86	843 756,65

A Direcção

O responsável

A Direcção
Flávio de Oliveira Gonçalves Novais
Josi Aguiar Ray
Manoel Seide
Antônio José Alves Peixoto
Eduardo Antônio Pires Moretto Ray
Maria Encarnação Mendonça Sula
Baria Cândida Vieira Carreira Gafas

120628554
Rei [unclear] v.u T67.
11288

CASA DA SAGRADA FAMÍLIA DA GUARDA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 505527340

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		73.819,05	55.202,27
Subsídios, doações e legados à exploração		418.987,86	359.420,77
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		30.083,84	27.042,28
Fornecimentos e serviços externos		109.237,57	94.706,50
Gastos com o pessoal		359.549,59	327.719,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		48.428,47	18.823,98
Outros gastos		11.210,10	52.357,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31.154,28	-68.378,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		18.192,57	24.368,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.961,71	-92.747,06
Juros e rendimentos similares obtidos		2.778,05	5.571,01
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		15.739,76	-87.176,05
Imposto sobre o rendimento do período		-475,80	-1.142,99
Resultado líquido do período		16.215,56	-86.033,06

Bruno de Sálim Gonçalves Vilela Vieira
Justificativa
Manuel Esteves
Quintino José Alves Pereira
António Tomás Pires de Oliveira
Maria Encarnação Mendonça Soares
Manuela Cândida Pêra Carreira Galveas

Rui Jorge Gonçalves Vilela Figueiredo
CC 11288